

Pesquisa em teoria organizacional e administrativa: possibilidades e limites do paradigma comunicativo (Habermas) e sistêmico (Luhmann)

Josep Pont Vidal *

Resumo

A pesquisa qualitativa na ciência da administração, especificamente no âmbito público, tem conseguido normalizar-se e explorar as possibilidades de diferentes paradigmas e metodologias. Contudo, são raras as pesquisas e observações que fundamentam os paradigmas comunicativos. Na base, a pergunta teórica: Qual pode ser sua contribuição operacional para as observações na administração pública? Exploram-se as possibilidades e limites e a sua aplicação nas observações empíricas na administração pública do paradigma “entendimento comunicativo” proposto por Niklas Luhmann, e a comunicação pragmático-universal de Jürgen Habermas. De acordo com a descrição dos limites dos paradigmas, se propõe a utilização da noção de “autopoiesis reflexiva” como conceito capaz de sintetizar de forma dinâmica as limitações da autopoiesis e da comunicação para as observações nas organizações públicas. **Palavras-chave:** ação comunicativa; entendimento comunicativo; “autopoiesis reflexiva”; administração pública.

Research in Organizational and Administrative Theory: Possibilities and Limits of Paradigms Communicative (Habermas) and Systemic Paradigms (Luhmann)

Abstract

Qualitative research in management science specifically in public management, has managed to normalize and explore the possibilities of different paradigms and methodologies. However, there are few studies and observations that underpin the communicative paradigms. At the base, the theoretical question: What can be your contribution to the operational observations in public administration? We explore the possibilities and limits its application in empirical observations in public administration understanding communicative paradigm proposed by Niklas Luhmann and the pragmatic universal communication paradigm of Jürgen Habermas. According to the description of the boundaries of the paradigms, proposes to use the concept of “autopoiesis reflective” as a concept capable of dynamically synthesize the limitations of autopoiesis and communication for the observations in public organizations.

Keywords: Communicative action, Communicative understanding; “Reflexive autopoiesis”; Public administration; Methodology.

Para iniciar um debate teórico entre diversos paradigmas, é necessário explicar a finalidade, as premissas, os critérios de seleção dos correspondentes conceitos e a contribuição teórica para a administração pública.

Em primeiro lugar, nos referiremos à utilização da metodologia qualitativa na Administração pública. Apesar da desconfiança inicial, não fundamentada, a pesquisa qualitativa nos estudos de administração e organizações têm conseguido nos últimos anos estabelecer-se como

uma metodologia confiável e necessária, neste tipo de observação tão vasta, além de adquirir uma ampla repercussão na qual que se exploram as possibilidades de aplicação de diversos paradigmas, metodologias e técnicas (COOPER; SCHINDLER, 2003; VIEIRA; ZOUAIN, 2006; GODOI; BANDEIRA-DE-MELO; SILVA, 2006). Também se tem perfilado o objeto de análise que compreende a partir da análise e observação do Estado, o governo, o poder, a burocracia, a organização, o Public Management e o “espaço

* Graduação e Mestrado na Universidade de Bielefeld (Alemanha). Doutorado na Universidade de Barcelona. Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento na UFPA. NAEA-UFPA. Rua Augusto Corrêa, 1. Campus Universitário do Guamá. 66075-900. Belém, Pará. E-mail: josevidal@ufpa.br

organizacional e sua dinâmica: o trabalho societário” (Matins, 2007, p. 11). A produção científica com metodologia qualitativa também tem alcançado um número similar à pesquisa baseada em metodologia estritamente quantitativa e estatística. Nos estudos de administração pública e gestão social baseados em metodologia qualitativa, o percentual que descreve diretamente a análise dos dados qualitativos chega a 40 por cento, embora nos estudos organizacionais chegue a 72 por cento (TEIXEIRA; NASCIMENTO; CARRIERI, 2011).

Em segundo lugar, conquanto se constata este aumento de pesquisas baseado na metodologia qualitativa, porém não ocorre o mesmo com publicações que geram um debate teórico. A administração pública encontra-se imersa em um nível prático, epistemológico e metodológico, influenciada pela transformação de seus componentes e por um entorno oscilante, ou seja, por dinâmicas marcadas pela complexidade. Requer oferecer respostas que enriqueçam o debate teórico. Neste contexto, surgem algumas questões: qual a contribuição dos marcos teóricos baseados nos denominados paradigmas comunicativos de Jürgen Habermas e Niklas Luhmann? Estes paradigmas oferecem o instrumental conceitual necessário para a compreensão da complexidade na área aqui referida? Na ciência da administração, nos acordos e documentos, são raras as referências teóricas e as observações empíricas que se fundamentam nos paradigmas comunicativos no nível linguístico desenvolvidos por Habermas, e na comunicação sistêmica, especificamente no paradigma de sistemas autorreferenciais ou autopoieticos proposto por Luhmann. Ainda que nenhum deles possua formação específica em administração, os dois cientistas têm realizado contribuições decisivas em diversas teorias que compõem a ciência da administração. Partindo da ideia de que as administrações públicas são sistemas que se relacionam com o entorno, entende-se que as modificações e adequações que ocorrem no entorno afetam a administração pública. Na maioria das publicações não se entra no debate epistemológico ou não se responde satisfatoriamente às questões teóricas: como se produzem as comunicações nas organizações públicas? Como é possível observá-las? Especificamente na teoria de sistemas

autorreferenciais surge a questão: quais são as possibilidades e limites da observação?

Neste ensaio se expõem e exploram as possibilidades e limites dos paradigmas baseados na comunicação, ainda que com pressupostos de partida totalmente diferentes: o conceito de “entendimento comunicativo” de Niklas Luhmann, e o conceito de “ação comunicativa” de Jürgen Habermas. Analisam-se as possibilidades práticas da observação dos sistemas autorreferenciais especificamente a observação de “segundo grau” e os fundamentos da comunicação intersubjetiva. Sem a pretensão de um debate epistemológico conclusivo, como consideração final se propõe a noção de “autopoiesis reflexiva” como proposta de utilização operativa para as observações nas organizações públicas e nas teorias organizacionais.

Os conceitos sociológicos se destacam nas possíveis formas de responder às questões vinculadas à comunicação, e em última instância de responder à questões epistemológicas surgidas na teoria da administração pública. Consideram-se a teoria de sistemas autorreferenciais, e da teoria da ação comunicativa, como opções que oferecem respostas às questões levantadas e que trazem o conhecimento necessário sobre a comunicação, o entendimento e a interpretação sistêmica entre a administração, entendida como um sistema, e o entorno. Os dois paradigmas têm influenciado o pensamento e as escolas sociológicas e a teoria administrativa e organizacional até hoje. O primeiro, e possivelmente o menos conhecido, se insere no contexto de Sistemas sociais. *Lineamientos para una Teoria general* de Luhmann, (1984), e o segundo na *Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas (1981). Ambos tem influenciado decisivamente a teoria situacional (HERSEY; BLANCHARD, 1989) e a teoria contingencial (LAURENCE; LORSCH, 1967), aplicadas nos estudos da administração pública. No âmbito específico da ação da administração pública, esta possui uma dinâmica própria independentemente da ação humana, ou se trata de um processo resultado das comunicações e consenso entre indivíduos?

É evidente que com esta exposição teórica não é possível, nem se pretende expor a complexidade epistemológica de ambos autores, mas conhecer de uma forma meramente descritiva, as possibilidades de observações e

pesquisas empíricas, assim como os seus limites. O artigo tem o objetivo de formular uma série de questões teóricas que possam abrir um debate para futuras observações, e propor a ideia de utilização da “autopoiesis reflexiva”, no complexo campo de estudo da administração pública. De acordo com este ponto de vista, se propõe uma leitura antropológica da autoreferencialidade. Se organiza basicamente no entorno a dois eixos. Os conceitos e ideias que compõem o “entendimento comunicativo”, com o qual se descrevem três conceitos-chave da teoria luhmanniana como são complexidade, a delimitação sistema e entorno e a autopoiesis, (desenvolvido no item 3), e a “ação comunicativa” em base a descrição de quatro conceitos-chave para sua aplicação nas observações da administração pública e sua relação com os sujeitos sociais: ação, linguagem, consenso e sistema (exposto no item 4).

PARADIGMAS E PESQUISA NA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

A formação e desenvolvimento da disciplina administração pública no Brasil, tem sido estudada de forma exaustiva em seus aspectos históricos, teóricos e práticos (KEINERT, 1994; VAZ, 1994; FARAH, 2011). Também seu desenvolvimento paralelo à história dos negócios empresariais, história da gestão, e a história organizacional (COSTA; BARROS; MARTINS, 2009; FISCHER; WAIANDT; FONSECA, 2011). Não é o objetivo deste artigo entrar no debate sobre a composição epistemológica que delimitam as áreas do saber, ainda que nem por isso seja possível evitar o debate sobre se a administração é uma “ciência” ou uma “prática”. Entre estes últimos (MOREIRA, 2000; EMORY, 1980) referindo-se à administração privada, argumentam que se trata de uma “prática”, posto que “orienta-se para uma situação de diagnóstico”, sendo seu objetivo “a busca do conhecimento é a solução de problemas práticos pré-existentes” (MOREIRA, 2000). A pesar dos acertados argumentos referidos à administração de empresa, concordamos com Thompson ao considerá-la como uma “ciência social” (THOMPSON, 2008:490; NASCIMENTO, 2010:10), que possui diversos objetos de estudo tão amplos como são o Estado, o governo, o poder, a burocracia, a organização, Public Management,

principalmente. Não se restringe a um objeto de estudo, senão constitui como convergência de paradigmas procedentes de outras ciências, de tal forma que se trata de uma ciência que “mais que uma disciplina, é um ‘campo multidisciplinar’ ou uma ‘ciência interdisciplinar’” (GONZÁLES SALAS, 1997 apud OSPINA BOZZI, 1998, cit. in FARAH, 2011:832) ou inclusive “transdisciplinar” (CARDOSO; SERRALVO, 2009).

Estas considerações induzem a realizar algumas reflexões. Por um lado, partir da delimitação da disciplina se caracteriza por: 1) ser predominantemente aplicada; 2) não tratar-se de um conhecimento acumulativo; 3) carecer de um adequado suporte institucional (PERRY; KRAEMER, 1989). A pesquisa da administração pública está dirigida basicamente à aplicação e em raras ocasiões se trata de pesquisa básica, e como uma prática, se orienta para uma situação de diagnóstico. O objetivo prioriza menos a busca de conhecimento e mais a solução de problemas práticos existentes nas administrações. A prática metodológica, as questões de investigação, porem ser realizadas sem uma metodologia “rígida” ou inclusive “sem metodologia” (PERRY; KRAEMER, 1989) ao ser a finalidade o desenho de ferramentas para ser aplicadas nas organizações públicas. Por outro lado, ao tratar-se de uma área de conhecimento que se alimenta principalmente da ciência política, da sociologia, da economia e da psicologia social, formula questões epistemológicas básicas e com isso contribui para o conhecimento científico na administração pública como se manifesta em recentes trabalhos (MOTTA; ALCADIPANI, 2004; BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCEMO, 2010).

A maioria dos artigos publicados baseiam-se em observações, buscam delimitar o problema em forma de estudo de caso e a identificar as respectivas variáveis. Autores constataam a existência de ao menos três métodos para a administração pública: o positivismo, como “método natural” das ciências sociais, ademais do interpretativo e do crítico, ainda que recentemente se destaquem também o clínico e o interacionista (THOMPSON, 2008). Alguns destes diagnósticos, realizados a partir do contexto dos EUA estão mudando, enquanto que outros têm mantido a tendência,

levando em consideração “a proximidade com programas de mestrado nos EUA e a influência do movimento de políticas públicas daquele país” de tal forma que “a própria estrutura do curso de mestrado revela semelhança com programas norte-americanos” (FARAH, 2011:827). Na última década são cada vez mais numerosos os estudos fundamentados e contribuições teóricas e empíricas com o paradigma estruturalista (MOTTA; ALCADIPANI, 2004), crítico e reflexivo (BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCEMO, 2010), sistêmico (VELOSO; MONASTERIO; VIEIRA; MIRANDA, 2011), compreensivo interpretativo (CARVALHO; VERGARA, 2002; MASCARENHAS, 2002) embora estes últimos refiram-se à administração de empresas, além de outros métodos como a pesquisa-ação e a *Grounded theory*, ou Teoria fundamentada em dados.

Como todo conceito, não existe uma definição unânime no momento de classificar as pesquisas, ao existir diversas formas. Na base, às reflexões expostas se propõe a um tipo de classificação útil para a observação dos fenômenos na administração. Se propõe o ponto de vista segundo a finalidade entre três grandes blocos, que se podem classificar como exploratória–descritiva, propositiva, e explicativa–preditiva. A classificação proposta permite estabelecer uma continuidade epistemológica entre os níveis segundo a finalidade, produtos, metodologia e conceitos e Teorias nas observações organizacionais (Figura 1).

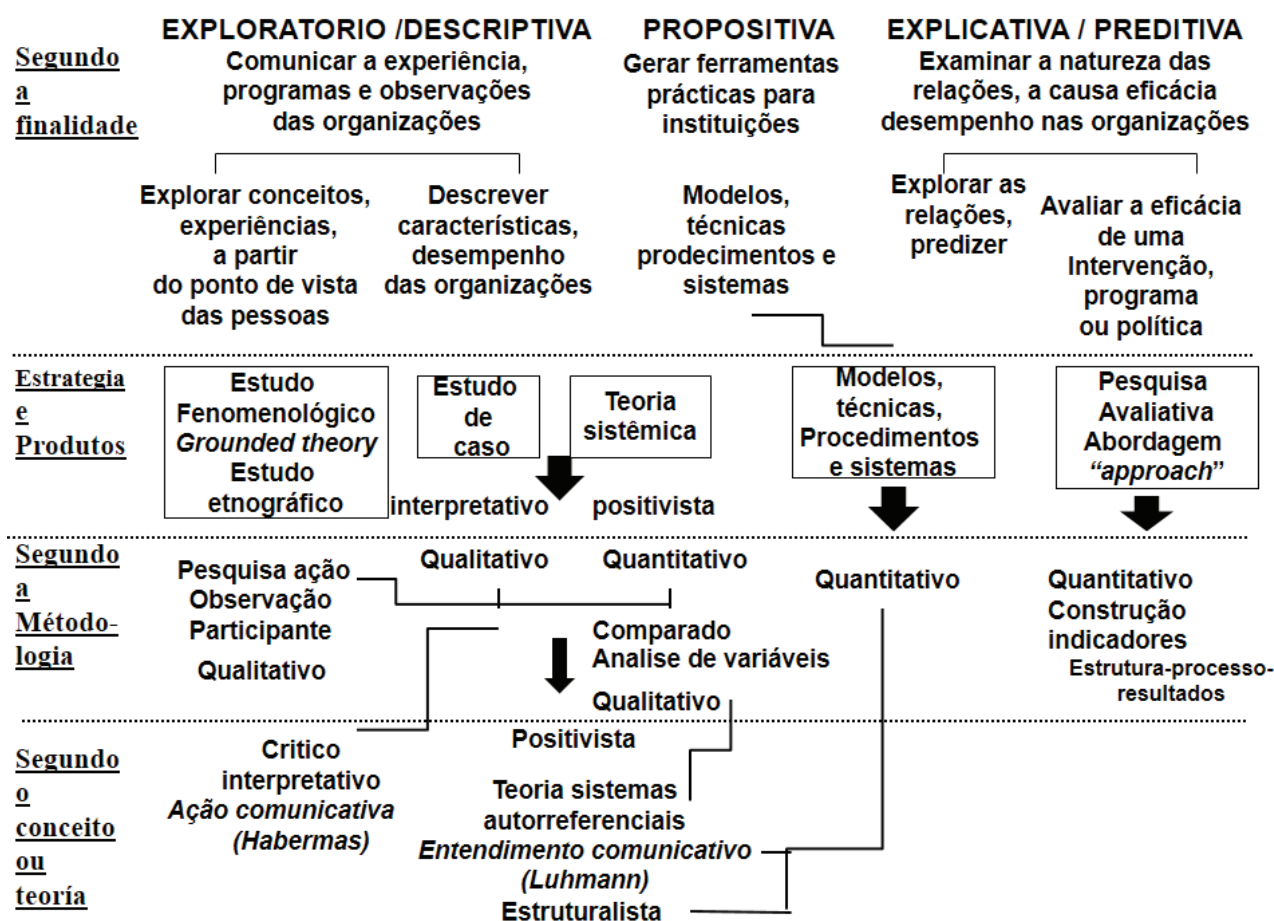


Figura 1. Proposta de classificação das pesquisas em administração pública e estudos organizacionais a partir do ponto de vista dos objetivos, metodologia e paradigmas

COMUNICAÇÃO PRAGMÁTICO-UNIVERSAL E "ENTENDIMENTO COMUNICATIVO"

A sociedade está constituída por comunicações. As comunicações constituem o elo mais importante nas organizações, pois de seu bom ou mal funcionamento dependerá a ação da organização e os resultados esperados de tal ação. Esta ideia sugere que dois conceitos sociológicos sobressaem nas possíveis formas de responder às questões vinculadas com a comunicação: o "entendimento comunicativo" e a "ação comunicativa". Ainda que ambos contenham ideias procedentes do funcionalismo sistêmico, no entanto é necessário estabelecer algumas diferenças básicas. As raízes epistemológicas do "entendimento comunicativo", encontram-se em Durkheim e em Spencer, enquanto que na "ação comunicativa" tem que buscá-las em Max

Weber. Habitualmente, são postas como teorias excludentes uma da outra, como se manifesta nos citados debates entorno dos conceitos de ator e ação entre os seguidores de Habermas e Luhmann (HABERMAS: 1987:309)¹. A intensidade do debate exercido por Habermas aos postulados sistêmicos luhmannianos, motivou posteriormente outros cientistas a fazê-lo também sem conseguir chegar a um consenso (SRUBAR, 1998).

A relação sistêmica administração pública-sociedade, se configura como um objeto da observação. A operacionalização luhmanniana do entendimento comunicativo se configura com os tipos de observação elementar e observação de segundo grau. A primeira se baseia em códigos binários (fundamentados basicamente, ainda que não exclusivamente em dados estatísticos), enquanto que a segunda, pode estabelecer-se a partir de códigos emergentes que surgem da análise das entrevistas na unidade de informação. A observação de segundo grau se fundamenta no papel do observador e a pergunta autoreferencial: o que é a administração pública para a sociedade? O fim último da observação não é a mudança, senão a descrição. Por outro lado, o paradigma de "ação comunicativa" de Habermas, parte de

conceitos previamente construídos, baseados fundamentalmente em conceitos historicamente e dialeticamente formulados. O fim último, é a análise crítica de uma relação de dominação e sua superação por meio da emancipação e a mudança, na qual participam os sujeitos observados e o próprio observador (Figura 2).



Figura 2. Códigos e conceitos baseados no “entendimento comunicativo” e na “ação comunicativa” para a administração pública.

NIKLAS LUHMANN: “ENTENDIMENTO COMUNICATIVO”

A complexidade condiciona a tomada de decisões das organizações, ademais de constituir seu entorno (NEVES; NEVES, 2006). Na teoria luhmaniana, a complexidade não é entendida como um aumento de demandas e de interesses de atores, ou como a aparição de problemas que requerem uma análise detalhada, senão como a existência de uma série de possibilidades, as quais exigem um tipo de seleção entre elas, a partir de opções destinadas à ação. A ideia de complexidade em Luhmann, está vinculada aos conceitos de explicação (*Aufklärung*), ação, finalidade/função (*Zweck/Funktion*), sentido e sistema/entorno unida ao termo contingência. O termo, se refere à existência de outras possibilidades não contempladas na ação e portanto consideradas como alternativas funcionais para reagir a uma realidade dada, cada vez mais complexa. Nas organizações, a contingência se refere à necessidade de ajustar-

se sistematicamente às mudanças e condições ambientais. Estes dois conceitos, permitem compreender, porque umas organizações tomam determinadas atitudes e posições – e priorizam uma série de decisões – frente a determinados problemas que se lhes apresentam. Conquanto os conceitos de complexidade e entendimento comunicativo da teoria de Luhmann, ajudam a compreender e explicar o processo de tomada de decisões das organizações, este último conceito se restringe unicamente a um tipo de ação baseada nas comunicações impessoais, nas quais as pessoas formam parte do entorno da sociedade.

Por sua parte, Habermas entende a complexidade sistêmica com a formulação da hipótese da colonização do “mundo de vida”. Estebelece a existência da estrutura composta pelo sistema, que compreende o âmbito econômico e político administrativo, e que “coloniza” o “mundo de vida”, que por sua vez, compreende aspectos culturais, subjetivos e psicológicos. A hipótese em que se fundamenta, é que nos países do tipo de capitalismo regulado pelo Estado – como é o caso dos países ocidentais ou mesmo o Brasil – aparece já no final dos anos 70, uma “crise de legitimação”, cujas primeiras manifestações aparecem no Brasil já no início da primeira década do século XXI, que compreendendo o sistema político e também a configuração do Estado e seu sistema de justiça (FGV; IBRE, 2009; Associação dos Magistrados Brasileiros, *Índice Confiança Judiciário*, 2008). A crise se manifesta ao estar em jogo os processos de “integração social” e “integração sistêmica”, ainda que estejam de diferentes formas e derivem de tradições teóricas diferentes (HEITMEYER, 1997).² Os aspectos estruturais da vida social são basicamente reduzidos à socialização entendida a partir de uma perspectiva socio-psicológica. Em definitivo, Habermas entende que a complexidade não se dá no sentido de seleção de possibilidades, senão como um observador não implicado que observa a estrutura do âmbito político-econômico à qual coloniza a partir de uma perspectiva de dominação tecnocrática, a subjetividade.

COMUNICAÇÕES SISTÊMICAS

Nikas Luhmann adota uma posição radical frente ao funcionalismo, distanciando-se dos postulados de Talcott Parsons

radicalizando-os e opta pela necessidade de realizar uma “Ilustração da Ilustração” na Sociologia e no pensamento. Se propõe iniciar a criação de uma teoria que contemple e descreva as sociedades atuais e que ofereça alguns instrumentos conceituais que sejam capazes de reduzir sua complexidade. Aparece a questão sobre se é possível ignorar marcos teóricos centrados na ação - considerados como clássicos-, e que portanto, segundo Luhmann, não possuem instrumental conceitual suficientemente desenvolvido para dar resposta aos desafios epistemológicos atuais. A teoria de sistemas autoreferenciais de Luhmann pode ser definida como uma teoria construtivista baseada em diferenças.

A partir deste princípio sua teoria mostra um entendimento positivista, ao mesmo tempo em que se afasta de concepções subjetivistas tradicionais nas quais estamos acostumados: “o que vale para o mundo da física e o físico, ... vale para a comunicação” (LUHMANN, 1998:427). Não menos importante é também seu afastamento dos pressupostos antropológicos tradicionais do sujeito tal, ao afirmar: “Não é o homem quem pode comunicar-se; somente a comunicação pode comunicar”. Com isso, se percebe o claro distanciamento dos postulados subjetivistas e humanistas tradicionais e o papel predominante que adquire a comunicação pessoal em seu entendimento da sociedade e que constitui uma realidade emergente *sui generis*.

Sua obra se reconstrói a partir de quatro grandes problemas: 1) a complexidade, desdobrada em três diferenciações: finalidade, ação e sistema-entorno; 2) a autopoiesis de sistemas, caracterizada pela diferença entre evolução, comunicação e diferenciação; 3) o acoplamento, ou as relações entre os sistemas; 4) a observação, que significa o ponto de partida da forma teórica de pensar sistema.

As comunicações como configuradoras da realidade social, se realizam a partir da substituições das teorias sociais da ação, por uma teoria da comunicação. A comunicação não é entendida como uma ação humana - no sentido outorgado por Habermas, entre um emissor e um receptor, tampouco um intercâmbio de informação no sentido literal da palavra, senão como um processo autoreferencial. Para Luhmann, os seres humanos,

como pessoas não podem se comunicar, posto que somente e exclusivamente “somente a comunicação comunica”. Com isso, a comunicação adquire um nível abstrato e teórico posto que: “se desliga de seus efeitos sociais a partir do momento de sua primeira aparição e formulação” (LUHMANN, 1998:100) e amplia: “Toda comunicação supõe comunicações - estimulada pela mesma e ante às quais reage de seu mesmo tipo” (ibid:145). Os sistemas sociais cumprem uma série de requisitos, emergem, se fundamentam e conformam em comunicações como elemento. No entanto, para que cumpram estas funções é preciso: “sempre que se estabeleça uma relação comunicativa autopoética, que limite sua comunicação e se diferencie assim de um meio ambiente. Portanto, os sistemas sociais não estão conformados nem por homens nem por ações, senão por comunicações”. Para compreendê-las e operacionalizá-las a partir de contingência, a comunicação “é a síntese resultante de três seleções: “informação/dá-la-a-conhecer/entendê-la” (LUHMANN, 2007:145), sendo cada um destes três componentes um “acontecimento contingente”, ou seja, uma tomada de decisões entre múltiplas possibilidades, existentes na comunicação. Nestas dimensões têm lugar uma série de seleções. A primeira seleção, a informação, não pressupõe “identidades últimas” - como podem ser os átomos -, que não estão formadas por ela mediante “distinções próprias”. A posse desta contingência - a informação - constitui uma diferença que pode transformar o Estado de um sistema, que por sua vez, “produz” uma diferença.

Aparece no entendimento da comunicação uma certa ambiguidade, já que por um lado, se subtrai de todo elemento subjetivo pessoal, enquanto que por outro lado, reforça a suposição baseada na biologia, segundo a qual a comunicação sempre tem lugar entre os organismos vivos. Para Luhmann, a forma de comprovar que existe comunicação é através de “sua função: aligeração e ampliação das capacidades cognitivas dos organismos vivos” (ibid:146). Neste sentido, a comunicação é entendida como unidade de “três seleções” que se sintetizam da forma seguinte: seletividade da informação; seleção do conteúdo; e a expectativa do êxito “comunicação como processo autoreferencial” (LUHMANN, 1998:144).

Uma transmissão pode ser ou interrompida

ou descuidada ou pode adquirir diversas formas (gesticulares, orais, escritas), enquanto que entre a informação e a compreensão existe uma diferença, ao tratar-se de uma diferença que pode adquirir diferentes significados. Uma comunicação específica pode ser observada quando se produz a citada diferenciação descrita. Neste momento se encerra o ato da Compreensão. Por sua vez, é observável no momento da unificação de um sistema social, não qual uma comunicação é constantemente capaz de criar unidade, como elemento de um processo comunicativo, posto que no tempo se criam diversas comunicações e sistemas sociais. Consequentemente se estabilizam comunicações e se vinculam com a operação do sistema. Num documento posterior (LUHMANN, 1997:103) amplia as seções ao configurar a comunicação com componentes. A comunicação está composta pelos seguintes componentes: 1) Informação; 2) Mensagem (*Mitteilung*); 3) Expectativa (*Erwartung*); 4) *Adressante Ego* (substitui a noção clássica de emissor); 5) *Mitteileiden Alter* (alter que é informado, substitui a noção clássica de receptor); Compreensão (*verstehen*) constitui o processo em seu conjunto. A comunicação está estritamente vinculada com a organização na busca de resultados, de tal forma que se diagnostica a “organização comunicante” (BARTOLI, 1992). Este tipo de organização apresenta a comunicação aberta com o entorno. Luhmann aporta uma série de reflexões teóricas para a compreensão da autoreferencialidade, ou seja, a capacidade de contingência para criar por si mesma potencialidades internas que possam ser levadas à prática.

SISTEMA E ENTORNO

A lógica de sistema e entorno é utilizada consciente o inconscientemente em observações da administração. Embora, a maioria de estes estudos baseiam-se na lógica de sistemas abertos, nos referiremos à lógica dos sistemas autopoieticos ou autorreferenciais. O centro da abstração é o sistema, interpretado como um conjunto organizado de relação técnico-estrutural e dotada de propriedade, capacidade de sobrevivência e autogoverno –autoreferencial- (autopoéticas). O conceito de sistema é uma

abstração para simplificar a realidade e remete a um conjunto de elementos que interacionam entre si. Todo sistema está situado num entorno, ainda que se questione se o entorno é pré-existente ao sistema. Luhmann aprofunda estes aspectos procedentes da teoria de sistemas e estabelece uma diferença entre sistemas biológicos, psíquicos e sociais. Para Luhmann, estes últimos não se originam a partir de interlocutores ou atores, senão a partir de comunicações. Inspirado nos neurobiólogos Humberto Maturana e Francisco Valera (1980), Luhmann incorpora o conceito de autopoiesis aos sistemas sociais. Com isso, estes sistemas adquirem um carácter autoreferencial, não restringindo a sua estrutura senão a seus elementos, de tal forma, que o mesmo sistema constrói os elementos, buscando oferecer uma solução à autorganização e autoreprodução social no contexto da contingência e o risco. Cada sistema é autopoético ou autoreferencial, quer dizer, operativamente arriscado. Neste sentido, um sistema autopoeticamente fechado –“operativamente fechado”- é aquele tipo de sistema que produz comunicação a partir de sua própria comunicação, e que somente permite a influência de comunicações, segundo Luhmann “irritações comunicativas”, do entorno ambiente canais de acoplamento estrutural, posto que a comunicação de um sistema somente pode dar-se através de seu próprio meio simbólico. Com isso, cada sistema se autoreproduz, com o qual se distingue de seu entorno. Também o entorno tem suas próprias operações que interagem mediante o acoplamento estrutural com o sistema, ainda que se trate de uma operação de carácter não causal, ao ser o único tipo de relação possível entre ambos. Ao tratar-se de sistemas autopoéticos, significa que não tem competências mais além de si mesmos. Surge a questão da coexistência com o entorno. Apesar da clausura operativa os sistemas estão interrelacionados entre si, posto que sem a participação dos sistemas psíquicos, os sistemas sociais não podem formar-se. Como sistema, sua “clausura operativa” descreve a forma que tem os sistemas de gerar-se, reproduzir-se e comunicar-se, e impede a ingerencia com o entorno, com o que não pode alterá-lo. No entanto, o entorno permite a evolução do sistema, posto que sem entorno prévio, não existiria tal organização.

Os sistemas sociais, correspondem aos

sistemas que realizam a autopoiesis baseando-se na comunicação, Luhmann diferencia três níveis: sistemas funcionais, sistemas de interação e sistemas organizacionais.

Sistemas funcionais parciais diferenciados, formados pelo direito, a formação, a ciência, a economia, a política ou a religião. Tratam-se de sistemas especiais que na sociedade cumprem funções específicas, e correspondem aos sistemas através da operação de um código binário. Com o passar do tempo tem conseguido gerar estruturas próprias, dando impulso a operações autopoéticas. Luhmann não contempla especificamente aos movimentos sociais ou as ações coletivas, como sistemas funcionais.

Sistemas de interação. Os sistemas de interação correspondem a enlace comunicativos e se mantém por um espaço de tempo curto, desaparecendo quando os enlaces acabam. Aparecem em toda a sociedade, ainda que não se especializem funcionalmente. Possuem uma série de características que se enumeram a continuação: 1) se trata de sistemas próprios aparelhados à diferenciação funcional, conformados por interações, como são as relações íntimas ou o amor; 2) trata-se de sistemas na fronteira dos sistemas funcionais e organizativos já existentes. Luhmann coloca como exemplo as sessões de um Tribunal, os congressos científicos, ou grupos de projetos em uma empresa; 3) como sistema transversais, como podem ser a colaboração nos círculos de trabalho e projetos; 4) se trata de interações fora dos sistemas funcionais e organizacionais (movimentos espontâneos, grupos de autoajuda).

Sistemas organizacionais ou organizações – e também os sistemas de interações – surgem da complexidade social das sociedades atuais. Correspondem à soma de sistemas de interação, e orientam sua comunicação a um fim específico. Desenvolvem atividades para satisfazer metas específicas e muitas das necessidades humanas. Cumprem também determinadas funções na sociedade. Os sistemas organizacionais (a partir de uma visão integrativa) assumem funções especiais (diferente alcance) e se manifestam principalmente nos dos sistemas parciais sociais com funções específicas, tais como os Tribunais de justiça, associações de pais de alunos, ou também as fundações ou agrupamentos específicos, como

pode ser uma instituição de longa permanência para pessoas da terceira idade.³ Os sistemas organizacionais também se manifestam de forma transversal, correspondendo a diferentes sistemas do conflito.

AUTOPOIESIS

Com o conceito autopoiesis se refere a uma condição de existência dos sistemas para a contínua produção de si mesmos. Nos sistemas sociais, comporta um caráter autoreferencial ao não restringir-se somente às estruturas, senão que inclui os elementos e seus componentes. O entendimento da autopoiesis de sistemas, se destaca na diferença entre evolução, comunicação e diferenciação “esta autopoiesis não se garante por uma meta de entendimento senão por um código binário” (Ibid.,:153). Estes códigos binários servem também para manter a autopoiesis, ao não ser possível garanti-la através do entendimento interno. Para ilustrar este aspecto, Luhmann se baseia no código deontológico de direito – neste sentido similar ao sentido dado por Habermas – ou interpreta como um subsistema social que atua pelo código binário direito/não direito, excluindo desta forma possíveis graus de valor. Enquanto que o sistema jurídico – visto por Luhmann como sistema – o código binário é legal-ilegal, na organização pública da Defensoria Pública, como subsistema do sistema político, também atua a partir de comunicações, neste caso o código binário poderia se reduzir a: caso resolvido extra judiciário – caso resolvido no judiciário. Pode se afirmar que os sistemas e os subsistemas que conformam a sociedade, funcionam apenas com códigos de comunicação binários? Consideramos que efetivamente as respostas ou *ouputs* dos sistemas aparecem sempre em forma de códigos binários, o que não significa que deva transferir este princípio ao entendimento da ação subjetiva da consciência dos seres humanos, ao existir situações e respostas que ultrapassam a estreita lógica de pensamento do código binário.

É evidente que o conceito de comunicação é múltiplo, haja vista que é a conexão entre uma ação diferencial entre emissor e receptor, e a forma como este último processa e entende a informação. Luhmann parte de pressuposto da participação neste processo do sistema psíquico, com o qual

nos indica a existência de uma contingência dupla. No entorno operam e participam sistemas psíquicos, ainda que não formem parte do sistema social, os quais exigem a manutenção de suas operações baseando-se no conhecimento da seleção própria de comunicações dos sistemas sociais, ainda que não formem parte do sistema social. Com a comunicação, trata-se de um conceito que em qualquer momento da conexão se diferencia de uma comunicação a outra comunicação, aspecto que reduz drasticamente sua possibilidade de observação, pelo que é necessário observar os elementos que a compõem. Também uma comunicação conecta a outra comunicação, sendo este processo outra forma de denominar a autopoiesis de um sistema, no qual as comunicações são episódios elementares.

JÜRGEN HABERMAS: A “AÇÃO COMUNICATIVA”

Habermas toma como ponto de partida premissas radicalmente diferentes. As metas permitem entrever a cosmovisão e alcance, ao preservar a origem da teoria crítica ao: “Introduzir uma Teoria da ação comunicativa que dá razão dos fundamentos normativos de uma teoria crítica da sociedade”. Especifica e detalha esta meta subdividindo-a como “ação racional intencional” e “ação comunicativa”. Para alguns estudos de sua obra, esta premissa tem significado que sua produção sociológica e filosófica, tem sido um “extraordinário esforço por relançar o princípio emancipatório do homem e do sujeito”. Nas linhas que seguem nos centraremos no conceito desenvolvido no início da década dos anos 80, denominado por Habermas de “ação comunicativa”. O conceito não somente está composto a partir de um consenso normativo entre os participantes, senão que também comporta um entendimento comum referente à concepção da linguagem.

Habermas atribui ao conceito um significado simbólico: “Entendo por ação comunicativa uma interação simbolicamente mediada. Ela orienta-se segundo normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento” (HABERMAS, 1993:57) e acrescenta: “está apoiado numa determinada concepção de linguagem e de entendimento”

(HABERMAS, 1990: 76). Não se limita a um tipo de análise da linguagem que inclui uma teoria da linguagem afastada do sujeito, ou de caráter técnico, senão que ao contrário, toma como ponto de partida a ação. Com isso, se afasta claramente das teorias comunicativas que focalizam o papel da linguagem nos meios de comunicação. É claro quando declara que a ação comunicativa “deve” comprovar-se através da teoria sociológica da ação. A “ação comunicativa”, pode ser considerada como uma interação mediada por símbolos. A ação é o fundamento da vida sociocultural, na qual o trabalho é situado no reino da ação comunicativa. O ponto de referência o constitui uma comunicação livre de distorções, isenta de elementos que possam manipulá-la. Como objetivo, Habermas, se propõe a análise crítica da comunicação distorcida pelos meios de comunicação, ao problematizar as estruturas sociais que a distorcem (poder político não ético, tecnocracia, corrupção). O objetivo final do conceito *habermasiano*, é uma sociedade de comunicação livre, não distorcida, sem a ingerência dos interesses técnico-instrumentais próprios do sistema, constituída a partir de ação comunicativa.

As raízes do conceito “comunicação livre”, hão que buscá-las na psicanálise e na obra de Freud, a psicanálise e os conceitos desenvolvidos por este, como instrumentos para analisar as fontes da distorção individual. A psicanálise constitui uma fonte de análise da comunicação distorcida, de tal forma que Habermas outorga a esta área do conhecimento criada por Freud, o papel de uma comunicação entre indivíduos não distorcida. Não obstante, se bem a Teoria a um nível abstrato permite este exercício de procurar comunicação não distorcida, a realidade mostra disfunção na comunicação entre os sujeitos. Para explicar esta distorção, recorre à racionalização da comunicação que conduz por sua vez, a um sistema normativo menos distorcido (Habermas, 1987:198). A ação comunicativa, conduz para que o homem se libere da dominação da comunicação imposta externamente pelo sistema para constituir-se em uma comunicação livre.

Para Habermas, a racionalização adquire uma dimensão libertadora frente ao “sistema”, e que implica uma emancipação, ou seja, a destruição das barreiras de comunicação formadas por legitimação do poder e da ideologia. Estas são as causas principais da distorção da comunicação, e que

portanto devem eliminar-se para alcançar o futuro processo emancipatório do sujeito. Os participantes deste processo, não são livres em suas ações, senão que se encontram submetidos a uma série de ações constantes para alcançar a compreensão. Estas ações são entendidas como um constante compromisso de consenso para harmonizar a ação: “os participantes não se orientam principalmente para seu êxito; perseguem suas metas individuais com a condição de que sejam capazes de harmonizar seus planos de ação sobre a base de definição comum das situações” (HABERMAS, 1984:286).

O conceito de “ação” é introduzido na lingüística, que serve por sua vez, para que se efetivem as pretensões de intersubjetividade, estabelecendo-se um papel simbólico no qual participam intersubjetivamente os participantes da ação: “Enquanto os atos comunicativos cobram a forma de fala gramatical, a estrutura simbólica penetra todos os compontes da interação, tanto na apreensão cognitivo-instrumental da realidade como no mecanismo de controle que harmoniza o comportamento dos distintos participantes na interação” (HABERMAS, 1987:531). Os sistemas sociais podem manter-se frente à natureza externa por meio de “ações instrumentais”, segundo regras técnicas pré-estabelecidas, ou manter-se frente à natureza interna através de “ações comunicativas”, segundo as normas válidas. A manutenção e reorganização se efetua mediante “pretensão de validade” mútuas, e se efetiva em estruturas de intersubjetividade, produzida de forma lingüística. Estas estruturas não se limitam tão somente a um intercâmbio de conteúdos entre as pessoas, senão que tem ademais a função de ser um instrumento para construir significados comuns. A este tipo de comunicação lingüística, Habermas atribui uma dupla estrutura, que somente pode ter lugar a partir da interação humana, entre o consenso de mais de uma pessoa. Neste ato aparecem em primeira linha, os processos psíquicos tais como “sensação, necessidade ou sentido” adaptados às estruturas da intersubjetividade lingüística.

A LINGUAGEM

Adquire um papel decisivo na teoria de Habermas: “A linguagem não se entende como um instrumento para a transmissão de conteúdos

subjetivos, senão como o meio no qual as implicações podem compartilhar subjetivamente a compreensão de uma coisa” (HABERMAS, 1990:136). A procura de significados constituídos de forma intersubjetiva, possibilita a linguagem em “situação comum”. Destas metas derivam suas origens no interacionismo simbólico (HABERMAS, 1990:136). Com esta interpretação dos significados, adota uma Teoria consensual da verdade, sendo esta verdade uma parte essencial da comunicação. No contexto da observação da Defensoria Pública como instituição que forma parte do Estado e da administração pública, a análise da estrutura simbólica da linguagem adquire um nível específico de análise. Por um lado, a construção de significados comuns, e por outro, as possíveis distorções que surgem. Habermas, seguindo ao psicólogo e psiquiatra Karl Bühler, estabelece três funções originárias da linguagem: primeira, “expressar intenção” (ou experiências); segunda, representar estados de coisas (ou algo que aparece no mundo); terceira, contrair relação com um destinatário. Estas três funções sintetizam e refletem os aspectos fundamentais no ato da fala entre os sujeitos.

O CONSENSO

O consenso, segundo Habermas (1999), teoricamente surge a partir do discurso dos participantes e “pré-teoricamente” na ação comunicativa entre eles. A hipótese se baseia em quatro requisitos ou condições hipotéticas: 1) a exposição do falante tem de ser aceita e compreensível; 2) as premissas do falante têm que ser verdadeiras; 3) o falante tem que dispor do direito de expressar estas premissas. Amplia estas metas, com considerações genealógicas – a origem histórica – do conteúdo cognitivo da moral da linguagem sobre os emuniciados de quem participam deles. “Não é possível isolar, de um lado, a questão fundamental da Teoria do significado (...) compreender o significado de uma expressão lingüística, e, de outro lado, a questão referente ao contexto em que essa expressão pode ser aceita como válida” (HABERMAS, 1990:77). Somente se possuem um conteúdo cognitivo são válidas as regras e normas morais para os membros de uma comunidade como um ”jogo de linguagem

moral”, como fato social.

No entanto, acrescenta Habermas sobre a necessidade de aprofundar fenomenologicamente as disputas morais para “descobrir” – como algo diferente pode simplesmente “comprender” a expressão – o que fazem os integrantes de uma comunidade, quando fundamentam algo no nível moral (HABERMAS, 1999:31). Neste contexto comunicativo, no consenso comunicativo surge a questão: Que condição tem que possuir uma comunicação para que seja exitosa? Para responder a esta pergunta Habermas retoma os fundamentos funcionalistas: “Uma comunicação bem-sucedida pressupõe que as partes apresentam informações reciprocamente relevantes, de tal maneira que possam ser ‘lidas’, isto é, entendidas também em contextos onde imperam critérios diferentes de regulação. O desafio consiste em produzir compatibilidade entre ‘jogos de linguagem diferentes’, uma vez que a ‘linguagem’ se vincula a diferentes realidades e projetos de mundo. Por isso, tem que admitir que a estrutura profunda da ordem das sociedades complexas também está vinculada à gramática de informações compreensíveis” (WILLKE, 1992:165-166, cit. in: HABERMAS, 1997:79)⁴.

No ato comunicativo, todo o processo se transforma em conteúdos intencionais, cuja transformação produz por sua vez, uma série de consequências. Por um lado, a “subjetividade de opinião, desejo, prazer e dor” (HABERMAS, 1997:22), por outro lado, expressão e normas que aparecem como uma “pretensão de generalidade”, e que vem a significar a objetividade de conhecimento e legitimidade das normas. Ambos aspectos – subjetividade e generalidade – garantem um significado comunitário ou “compartilhado”, que é o fundamento do mundo socio-cultural. Por outro lado, o sistema possui uma ampla autonomia baseada em dimensões, tais como “o desenvolvimento das forças produtivas” (Ibid.,:23), e na “alteração de estruturas normativas” (Ibid.:23). Estas dimensões se fundamentam e seguem padrões historicamente constituídos e interdependentes entre si. Com estas metas, desvela o papel e a função do sistema como “colonizador” do “mundo de vida”. O “mundo de vida”, é uma característica dos fenômenos humanos, é o “fundo modelador e contextual dos processos

pelo qual se alcança a compreensão mediante a ação comunicativa” (HABERMAS, 1987:204), enquanto que no sistema, o mundo de vida se encontra sob constante ameaça, ao que tem que oferecer resistência, haja visto que este último “coloniza” mediante a técnica legitimada pelo poder o mundo de vida.

SISTEMA

Para Habermas, em seu construto teórico os sistemas econômico e cultural estão expostos a sofrer uma crise. O sistema econômico, coloca em questão a distribuição dos valores, de tal forma que a “incorformidade com o sistema” significa que todos os modos de distribuição de encargos e recompensas estão expostos a esta crise e reestruturação sistêmica. No caso de que a crise econômica, significa que as ações governamentais “obedecem” aos processos de intercâmbio, e em consequência estão sujeitas à lógica da crise econômica. O Estado – e as instituições que o compõem – não se situa nesta Teoria como um ente neutro, senão como um agente capitalista coletivo que “torna a acumulação do capital a substância do planejamento político” (HABERMAS, 1987:63). As tendências de crise política e administrativa, se manifestam basicamente pela falta de impulsos na lealdade das massas e aparecem com a emergência dos movimentos sociais e ações coletivas de protesto à margem dos canais tradicionais de participação ou no absenteísmo político. A crise adquire uma “crise de racionalidade” (Ibid.,:64), na qual o sistema político-administrativo não tem êxito em cumprir “os imperativos” recebidos do sistema econômico, manifestando-se como uma “crise de legitimação”.

A construção teórica não apenas tem de mostrar a sociedade, senão pode oferecer um aspecto normativo fundamentado na consciência do observador e na produção de consciência com o objetivo da procura de utopias e modos não é errada: “pode servir para interpretar hipoteticamente as condições de luta” (HABERMAS,1998:47). As ações possibilitam que a teoria incorpore o elemento subjetivo e de possibilidade de mudança social. A teoria não é neutra, senão que ademais pode produzir, oferecer alternativas a partir da interação e comunicação consequente

entre seres humanos: “a Teoria produtora de consciência pode produzir as condições sob as quais pode dissolver-se a deformação sistemática da comunicação e realizar-se por vez primeiro um discurso prático” (Ibid.,: 47). A sociedade está composta por objetos observáveis, ou seja, sistemas parciais autônomos: “A Teoria dos sistemas abandona o nível dos sujeitos da ação, sejam os indivíduos ou coletividade, e, amparada na densificação dos complexos organizatórios, chega à conclusão de que a sociedade constitui uma rede de sistemas parciais autônomos, que se fecham uns em relação aos outros através de semânticas próprias, formando ambientes uns para os outros (HABERMAS, 1997:63).

Habermas atribui à construção teórica não apenas a observação e compreensão do fenômeno, senão como criadora de consciência tanto para o observador como para o observado e a partir de uma interação dialética criar as condições que questionam a deformação da comunicação, ou seja, a proposição da utopia. Neste caso, o pesquisador assume o papel de mero acompanhante e de contribuir no processo de mudança como implicado o mesmo tem de transformar a comunicação e a si mesmo: “porém não contém nenhuma informação que julge previamente a ação futura dos conteúdos” (Ibid.,: 47). Neste contexto argumentativo é de supor que o observador como membro inserido na sociedade tem uma ingerência direta na formulação de utopias: “Tampoco o analista tem direito a dar prospectivamente indicação para a ação” (Ibid.,:47).

Entende que o analista, o observador, como sujeito imerso na ação mesma se transforma no ato de pesquisar a partir da análise comunicativa da ação. Este fato não pressupõe que o pesquisador assumira um papel de liderança discursivo e a ação investigadora que está levando à conclusão, posto que implicaria uma manipulação direta e ingerência ao oferecer indicação para a ação. A ação e a construção conjunta da utopia, não pode dar-se a partir das propostas que surgem na esfera do sistema e sua comunicação funcional de planejar a ação. Neste sentido, realiza uma incisiva crítica à área de conhecimento do planejamento administrativo, já que habitualmente é levada a cabo e direcionada pelo poder tecnocrático e tecnócratas para assegurar o domínio futuro, tendo em vista que funcionalmente não

estabelece diferenciação entre a ética e a administração. No processo, a ciência perde por sua vez a autonomia, ao ser sujeitada às funções e imperativos do sistema. O sistema representa o poder no sentido amplo sujeito por sua vez, ao poder político e das elites no sistema capitalista. Como resultado emergem as diferenças entre a “verdade” e o poder do sistema. A ideia central se baseia na intenção de reivindicar as exigências da vida – “mundo de vida” frente ao “sistema”. Esta ideia central é questionada por Luhmann, ao propor o registro do progresso deste sistema no mundo atual com o conseguinte retrocesso da dimensão vital, uma vez que o conceito de “mundo de vida” se trata de uma “moda” que “apenas serve como formas conclusivas que ocupam um lugar no que deveriam formar-se questionamentos teóricos” (LUHMANN, 1998:432).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IDEIA DE “AUTOPOIESE REFLEXIVA” COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO ONTOLÓGICA

A noção de “autopoiese reflexiva” se desvincula da ideia original da semântica biológica da autopoiese, e da proposta, em termos de “fenomenologia biológica” de Maturana e Valera, que estabelece a diferenciação entre os sistemas vivos em geral e os seres humanos, dotados estes de capacidade de pensamento e, como conseqüência, de ação subjetiva. Na ideia de autopoiese reflexiva que sugerimos, o ser humano é compreendido não apenas como um sistema vivo, mas como um ser capaz de pensar, e que realiza suas ações intersubjetivamente, isto é, com base na ação e nas expectativas dos outros sujeitos. Esta ação contém um sentido e, portanto, dotada de consciência, o que o diferencia do restante dos seres vivos.

A questão que se coloca é a da bicompreensão da realidade através do “self”. Não negamos a possibilidade de observação de um mundo que chamamos de objetivo ou real, isto é, um mundo que pode ser objetivamente observado, numericamente medido e objetivado através do consenso de observadores. Semelhante à tese de Maturana, em que o mundo no qual o sujeito vive se configura através da interação com outros seres, aparecem claras as semelhanças com a ideia de intersubjetividade fenomenológica e interiorização da realidade através do processo de “socialização primária” e “socialização

secundária” (BERGER; LUCKMANN 1988:183-194). A semelhança epistemológica com o interacionismo simbólico, com a descrição da sociedade em termos de um processo dialético permanente baseado no processo de externalização, objetivação e interiorização, quando descrevem a sociedade como uma realidade subjetiva. Finalmente, e seguindo a mesma linha de argumentação anterior, sociólogos afirmam: “que o mundo que o homem vive é muito mais fluido do que parece” (Ibid.:31), podendo estabelecer novamente uma continuação com a interação social na vida cotidiana de Berger e Luckman (1988).

No entanto, a “determinação estrutural” de Maturana e Valera fica ultrapassada ao adquirir e acrescentar um novo significado subjetivo. Nesse sentido, também se distancia, teoricamente, da noção de “autopoiese” ou “autorreferencialidade”, formulada por Luhmann, ao assumir, a autopoiese reflexiva, claramente, uma perspectiva histórica no sentido atribuído pelos interacionistas Peter Berger e Thomas Luckmann: “Os seres humanos são produtores e produtos das instituições” (1966). Este pressuposto ontológico é um dos fundamentos do interacionismo simbólico, corrente que, a partir de Herbert Mead e, mais tarde, por Berger e Luckmann, se distancia definitivamente das possíveis raízes condutivistas. Com isso, admitimos, inequivocadamente, o sentido histórico do ser humano. A ação que o sujeito realiza não se trata tão somente de uma comunicação abstrata realizada mediante um acoplamento estrutural sistêmico, senão que se trata de uma comunicação no sentido dado por Habermas (1987), isto é, a existência de um emissor, uma mensagem e um receptor.

A observação do que podemos entender como realidade vai depender, como já foi dito, do observador, mais especificamente, da existência social do observador, ou seja, o observador imerso em uma realidade de uma vida cotidiana. Esta influenciará e determinará a perspectiva observacional, não num sentido técnico, mas num sentido sócio-cultural da realidade, cujas raízes vêm da explicação dada por Alfred Schütz sobre a vida cotidiana: “a estrutura do mundo do senso comum da vida cotidiana” (SCHÜTZ 1962:149).

Essa explicação nos oferece uma série de

pistas para a compreensão do papel do observador no entendimento da dinâmica da observação, fazendo uma distinção “bicompreensão”, isto é, uma biconfiguração dinâmica, operada subjetivamente pelo observador, como uma medida das coisas cujas diferenças são claras e que implica: por um lado, a subjetividade, o “mundo da vida”, (ou segundo Maturana, “a minha experiência é o meu ponto de referência”) que o observador previamente realiza e, e por outro, com base na observação, a os componentes objetivos da realidade. Esta última é construída com base nos domínios hegemônicos dominantes e socialmente consensuados. De acordo com esta proposta, não se estabelece uma divisão assimétrica entre um plano subjetivo e um plano objetivo como tradicionalmente tem acontecido na teoria da estruturação ou em diversas propostas de integração-ação-estrutura (GIDDENS, ARCHER), ou na agência-sujeito. A noção de mundo da vida, manifesta-se na tomada de decisões e no sentido dado à ação, enquanto que a noção de construção social da realidade, significa o reconhecimento da existência de comunicações sistêmicas emanadas pelos sistemas.

Para diferenciar as noções de mundo da vida e construção social da realidade, nós nos remetemos à semelhança com a ideia da teoria da comunicação pragmática-universal de Jürgen Habermas (1987), na que expõe a ideia de “mundo de vida” e “sistema” sendo esta a perspectiva externa da sociedade, ou seja, a perspectiva do observador e que Habermas especifica como: “de alguém não envolvido” (HABERMAS, 1987:117) . Para o segundo conceito que propomos, componentes objetivos da realidade, nossos pressupostos ontológicos são fortemente influenciados pela sociologia interacionista Berger e Luckmann.

No universo da “bicompreensão”, o mundo da vida é onde encontramos a capacidade de pensar, ou seja, a mente. A ideia da capacidade de pensar nos remonta ao sociólogo Herbert Mead e à descrição que nos oferece em *Mind, Self and Society (Mente, Pessoa e Sociedade, 1972)*. A hipótese de Mead é a seguinte: “Os indivíduos na sociedade humana não são considerados como unidades impulsionadas por forças internas ou externas fora de seu controle, ou localizadas dentro dos limites de uma estrutura mais ou menos

estabelecida. Ao contrário, eles são vistos como unidades reflexivas ou interativas que compõem a entidade social”. O indivíduo dispõe da capacidade de pensar de forma reflexiva. Esta capacidade está na mente e com isso, surge uma nova questão: Como entender a mente? De acordo com Mead, a ideia da mente é radicalmente diferente da descrição dada por Maturana, que se baseia na existência de um cérebro fisiológico e cognitivo⁵. Da perspectiva ontológica, o interacionismo simbólico abre um debate epistemológico sobre essa descrição reducionista, e concebe a mente como um processo que, por sua vez, faz parte de outro mais amplo e complexo, composto de estímulos e respostas, constituído pelo self e pela interação com a sociedade.

Levando em conta essas ideias, a noção de autopoiese reflexiva que propomos para o caso específico da observação das organizações e instituições, abre a possibilidade de a observação de maneira dinâmica e complementária, em seus aspectos dialéticos subjetivos e de comunicação com o entorno, sabendo que este último constitui uma representação “objetiva” e consensuada pelo poder. No mundo da vida, cujas raízes epistemológicas as encontramos na sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, especificamente no significado semântico do conceito de intersubjetividade e na noção de consciência, e trata de questões ontológicas, no sentido de reconhecer a autopoiese não só como uma estrutura nervosa dos seres vivos, em um sentido biológico, ou de “fenomenologia de vida”, mas de uma forma que permite a diferenciação interna entre seres vivos e seres vivos dotados da capacidade de pensamento racional e consciência. Viver no mundo da vida, significa participar da dialética da sociedade, no sentido escrito por Berger e Luckmann (1988:186), e cujas raízes estão na “intersubjetividade” descrita por Alfred Schütz.

A noção de componentes objetivos da realidade originalmente faz referência ao sistêmico funcional e autorreferente, no sentido Luhmanniano, para a observação da diferenciação dos processos de comunicação e de acoplamento estrutural dos sistemas e subsistemas. A ideia é de usar a autopoiese reflexiva, entendida como o processo auto-referencial de todo ser humano que interage com outro ser humano a partir da

linguagem. A definição, por sua vez, tem um paralelo na compreensão da “infra-estrutura”, no sentido dado por Marx, referindo-se à atividade humana: “a consciência do homem é determinada por sua existência social”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. *Índice Confiança Judiciário*. Brasília: AMB, 2008.

AZEVEDO, J.J.; SCROFERNEKER, C.M., A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin, *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, vol. 11, n. 3, set/dez. 2008.

BARTOLI, Annie. *Comunicación y organización*. Barcelona: Paídos editorial, 1992.

BATISTA-DOS-SANTOS, Ana-Cristina; ALLOUFA, Jomária; NEPOMUCENO, Luciana. Epistemologia e Metodologia para as Pesquisas Críticas em Administração: Leituras aproximadas de Horkheimer e Adorno, *Revista Administração de Empresas*, vol. 50, n. 3, jul-set 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. Un tractat de sociología del coneixement. Barcelona: Herder, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: A social critique of the Judgment of Taste*, Cambridge: Harvard University Press, 1984.

CARDOSO, Onésimo; SERRALVO, Francisco. Pluralismo metodológico e transdisciplinariedade na complexidade: uma reflexão para a administração, *Revista Administração Pública*, 43(1):49-66, jan/fev. 2009.

CARVALHO, Jose Luis; VERGARA, Sylvia. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços, *Revista de Administração de Empresas*, p. 78-91, Jul/Set, 2002.

- CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, V. (Ed.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*, p. 27-42, São Paulo: Atlas, 1999.
- CREUTZBERG, Marion; TAKASE, Hisako; SOBOTTKA Emil. Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece, *Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 17(2), p. 273-279, Abr-Jun, 2008.
Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tce/v17n2/08.pdf>. Acesso em: 10 junho. 2013.
- ESCOLA DE DIREITO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV); Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). *Índice Confiança na Justiça*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- EMORY, William. *Business Research Methods*, Homewood: Richard Irwin, 1980.
- FARAH, Marta. Administração pública e políticas públicas, *Revista Administração Pública*, 45(3), p.813-836, 2011.
- GIDDENS, Anthony. *The construction of Society: Outline of Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C., K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Ed.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*, São Paulo: Saraiva, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. *The Theory of Communicative Action. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*, vol. 2, 1987.
- _____. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. (tradução Artur Morão), Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Racionalidad de la acción y racionalización social, vol II, Madrid: Taurus, 1987.
- _____. *Nachmetaphisisches Denken*, Frankfurt: Suhrkamp Verlag, (tradução português Pensamento pós-metafísico. Estudos filosóficos, Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. *La inclusión del otro*, Barcelona: Paidós, 1999.
- _____. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade, Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. *Communication and the evolution of society*, Londres: Heinemann, 1979.
- HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth. *Psicologia para Administradores*. A Teoria e as Técnicas da Liderança Situacional, São Paulo: EPU, 1986.
- PAIVA JÚNIOR, Fernando; SOUZALEÃO, André; DE MELLO, Sérgio. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração, *Revista de Ciências da Administração*, v.13 n.31, p. 190-209, set/dez, 2011.
- KEINERT, Tânia. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92), *Revista de Administração de Empresas*, v.34, n. 3, p. 41-48, 1994.
- LAWRENCE, Paul; LORSCH, Jay. *Organization and Environment. Managing Differentiation and Integration*. Versión castellana: Organización y Ambiente. Labor: Barcelona, 1967.
- LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração, *Revista Organizações em Contexto*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 1-16, 2009.
- LOPEZ-HERRERA, Francisco; SALAS-HARMS, Héctor. Investigación cualitativa em administración, *Cinta de Moebio*, n. 35, Universidad de Chile, p. 128-145, 2009. Disponibilidade: <<http://www.revistas.uchile.cl/>

- index.php/CDM> Acesso im: 22 outubro, 2012.
- LUHMANN, Niklas. *Soziale Systeme*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag. Trad. Castelhano: Sistemas sociais. Lineamentos para uma teoria general. Barcelona: Universidad Iberoamericana/Anthropos Editorial, 1998.
- _____. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, Frankfurt a.M. Suhrkamp. 1997.
- _____. *Organización y decisión*. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo. (tradução Darío Rodríguez Mansilla). Barcelona: Anthropos, 1997.
- MASCARENHAS, André. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas, *Revista de Administração de Empresas*, p.88-94, Abr/Jun, 2000.
- MATURANA, Humberto; VALERA, Francisco. Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living, Boston Studies in the *Philosophy of Science*, vol. 42, Reidel Publishing Company, 1980.
- MEAD, Herbert. *Espírito, Persona y Sociedad*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.
- MOTTA, Prestes; ALCADIPANI, Rafael. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações, *Revista Administração*, v. 39, n.2, p.117-128, 2004.
- MOREIRA, Daniel. *Natureza e fontes do conhecimento em administração* (Acesso im: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/daniel.htm> Consulta im: 23 de julho, 2005.
- NASCIMENTO, Edson. *Gestão Pública*, São Paulo: Saraiva, 2010.
- NEVES, Clarissa; NEVES, Fabrício. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais, *Sociologias*, n. 15, p. 182-207, jan/jun. 2006.
- PERONA, Angeles. Comprensión, objetividad y universalidad. Sobre como la epistemología se enraiza con la filosofía práctica, *Anales del Seminario de Metafísica*, n. 30, 1996.
- PERRY, Jams; KRAEMER, Kenneth. Research Methodology in the “Public Administration Review, 1975-1984, *Public Administration Review*, vol. 46, no. 3, p. 215-226, may – jun. 1986.
- SANTOS, D. F. L. Possibilidades da hermenêutica na Administração, *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 113-133, jan./abr. 2009.
- SRUBAR, Ilja. Akteure und Semiosis. Kommentar zu Rainer Greshoffs Kritik der Luhmannschen Systemtheorie, *Zeitschrift für Soziologie*, Jg. 37, Heft 6, p. 480-488, Dezember 1998.
- SCHÜTZ, Alfred. *The Phanemenology of the Social World*, Evanston: Northwestern University Press, 1967.
- _____. *Collected papers*, La Haya, vol. 1, 1962.
- TEIXEIRA, Juliana; RIBEIRO NASCIMENTO, Marco; CARRIERI, Alexandre. Triangulação entre métodos na administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações “convergentes”? *Revista Administração Pública*, 46(1):191-220, jan./fev. 2012.
- THOMPSON, Fred. Las tres caras de la gestión pública, *Gestión y Política Pública*, vol, XVII, n. 2, p. 487-509, 2008.
- VAZ, José Carlos. Histórico da RSP: a Revista do Serviço Público no pensamento administrativo brasileiro (1937-1989), *Revista do Serviço Público*, v. 118, n. 45, p. 9-42, 1994.
- VELOSO, João; MONASTERIO, Leonardo; VIEIRA, Roberta; MIRANDA, Rogério (org.). *Gestão Municipal no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.
- VIEIRA, Marcelo; ZOUAIN, Deborah (org.), *Pesquisa qualitativa em administração, Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- VIDAL, Josep Pont. A Defensoria Pública do estado do Pará: uma observação sistêmica da

capacidade institucional. *Revista Administração Pública*. Rio Janeiro, vol. 48, n. 3, p. 667-694, 2014.

VIDAL, Josep Pont. *Para uma autopoiese reflexiva*. No prelo, 2014.

Notas

1 O debate não é novo, ao iniciar-se no ano 1971 por ocasião da publicação do livro *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie* (Teoria da Sociedade ou Tecnologia social) no qual participam Jürgen Habermas e Niklas Luhmann.

2 Refere-se à integração social em relação aos sistemas e instituições nos quais os sujeitos estejam socialmente relacionados. Neste sentido, se manifestam as raízes procedentes do interacionismo simbólico de Peter Berger e Thomas Luckmann (1969), ao assumir que os mundos vitais estão conformados por interações cuja origem estão no processo de socialização.

3 Ver a respeito: Marion CREUTZBERG, Lucia Hisako TAKASE GONÇALVES, Emil Albert SOBOTTKA, Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece. In: *Contexto Enferm*, Florianópolis, 2008 Abr-Jun; 17(2): 273-9. João José AZEVEDO CURVELLO e Cleusa Maria Andrade SCROFERNEKER, “A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin”, in: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, vol. 11, n. 3, set/dez. 2008.

4 Se mantém o sublinhado segundo o original.

5 Maturana distingue entre sistema autopoietico “de primeira ordem”, as células e o sistema autopoietico “de segunda ordem”, os seres humanos, mantendo ao longo de seus escritos, a tese de que a autopoiese se refere estritamente à definição do vivo, enquanto as entidades que são algo diferentes delas mesmas constituem os sistemas “alorreferenciais”. In: *Del ser al hacer*, 2010, p.116.

6 Marx, Karl, escreve: “O homem faz de sua própria atividade vital, objeto de sua vontade e de sua consciência”, em: *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, O Trabalho Alienado, Primeiro Manuscrito*.